

DESCONSTRUINDO O IMPERIALISMO LINGUÍSTICO E CULTURAL, NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA, ATRAVÉS DA PEDAGOGIA CRÍTICA

Alyne Ferreira de Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – campus Picuí, alynef_araujo@hotmail.com

Resumo: A acentuada disseminação da língua inglesa tem chamado à atenção de professores e estudiosos da área a cerca das implicações sociais, políticas, e educacionais de tal realidade no ensino de língua inglesa, tendo em vista que a expansão desse idioma tem promovido ideologias de superioridade da língua inglesa e da cultura anglo-americana, o que tem levado à práticas de imperialismo linguístico e cultural. Nesse contexto, Pennycook (1994), Rajogopalan (2005), entre outros autores, defendem que é preciso se conscientizar da ideologia por trás dessa disseminação para resistir e combater tal imperialismo. Nesse cenário, é preciso repensar o ensino de língua inglesa, encontrar maneiras de ensiná-la de modo a emancipar os alunos, capacitando-os a se posicionar contra anseios imperialistas e produzir seus discursos. Para tanto, é necessário a implementação de abordagens libertadoras, que sejam sensíveis as vozes dos alunos, que os permitam apropriar-se da língua inglesa para produzir contradiscursos aos discursos hegemônicos impostos por culturas imperialistas, a exemplo da Pedagogia Crítica. Nesse contexto, será feito, neste artigo, um levantamento do estado da arte sobre imperialismo linguístico e cultural, apoiado, especialmente, nos estudos de Phillipson (1992), enfatizando como o imperialismo se instaura e quais são as suas implicações para o ensino de língua inglesa, além de propor a implementação da Pedagogia Crítica como um meio de resistir a tais ideologias, fundamentado, principalmente, nos trabalhos de Pennycook (1994; 1998) e Rajogopalan (2005).

Palavras-chave: Imperialismo Linguístico e Cultural; Ensino de Língua Inglesa, Pedagogia Crítica.

INTRODUÇÃO

O inglês é uma língua de origem anglo-saxônica que chegou à Inglaterra no século V e, desde então, tem sido altamente propagada, alcançando marcos que nenhuma outra língua conseguiu. De acordo com Cox e Assis-Peterson (2001), antes da supremacia da língua inglesa, o latim e o francês já reinaram, mas nunca houve uma necessidade tão extrema de ter uma língua comum como agora, o que é entendido com uma das consequências da globalização. Crystal (2012, p. 360, tradução nossa) enfatiza que “... o inglês é usado como língua oficial ou semioficial em mais de 60 países e tem um lugar de destaque em outros 20. É dominante ou bem estabelecido em todos os seis continentes”¹. Segundo Rajagopalan (2005, p. 149), estima-se que cerca de 1,5 bilhões de pessoas no mundo têm algum conhecimento da língua inglesa, ou têm que lidar com esta diariamente, o equivalente a aproximadamente ¼ da

¹“ English is used as official or semi-official language in over 60 countries, and has a prominent place in a further 20. It is either dominant or well established in all six continents”.

população mundial, além de 80 a 90% da divulgação de pesquisas científicas serem publicadas em inglês e $\frac{1}{4}$ das correspondências mundiais também serem escritas nesta língua. Assim, é notável a presença do inglês em todo o mundo e sua supremacia no mundo acadêmico, diplomata e comercial.

É nítido que a expansão do inglês tomou enormes proporções e alcançou grandes marcos. Não há registros históricos de outras línguas que conseguiram atingir tal feito. Entre as muitas línguas coloniais, apenas a língua inglesa teve a força econômica e militar para se tornar internacional. Nesse contexto, atualmente, o referido idioma alcançou o *status* de língua global, como é sugerido por Crystal (2012). Todavia, a difusão massiva desse idioma tem despertado atenção dos professores e estudiosos da área para as implicações sociais, políticas, culturais e, sobretudo, educacionais de tal realidade para sua prática de ensino, uma vez que a expansão da língua inglesa não é somente expansão da língua, mas também a disseminação de discursos que promovem o idioma e a cultura anglo-americana como superiores (PENNYCOOK, 1994), corroborando assim a existência de imperialismo linguístico.

Na percepção de Phillipson (1992), uma língua nunca é um veículo neutro de comunicação, ademais, a imposição do idioma de um determinado país sob outros também leva a certo grau de “imperialismo cultural”. Para Rajagopalan (2005), essa questão de imperialismo linguístico delinea-se com um fenômeno assustador da globalização, o qual tem afetado bastante o ensino e aprendizagem de línguas e resultado em efeitos demasiadamente negativos para as sociedades, como a norte-americanização das culturas. Em outras palavras, o ensino de língua inglesa pode ser um agente de dominação linguística e cultural, sobretudo porque consoante Moita Lopes (1996), durante muito tempo, na área de ensino e aprendizagem de língua inglesa, foi dada ênfase a técnicas de ensino e à busca incessante pelo método perfeito, focando no desenvolvimento da competência comunicativa e deixando de lado a dimensão político-pedagógica.

Trazendo para o contexto brasileiro, conforme Moita Lopes (1996), o aprendiz brasileiro, por ser oriundo de um país que foi colônia de exploração, tende a ter um sentimento de inferioridade, que se evidencia e se intensifica no momento de aprendizagem de uma língua estrangeira, levando assim à renúncia da sua própria língua e cultura, por considerá-las inferiores, e veneração da cultura-alvo e do nativo, a ponto de querer ser e viver como o tal. Diante de tal cenário, Rajagopalan (2005) mostra que há algumas maneiras de se posicionar perante o imperialismo que vem sendo instaurado pela propagação da língua

inglesa: rejeitar o idioma e tudo que ele representa; aceitá-lo, visto que não há nada o que fazer diante sua difusão pelo mundo; por último, conscientizar-se da ideologia colonialista que há por trás de tal expansão. Pennycook (1994) defende que, se é, através da língua inglesa, que o imperialismo se manifesta, é através dela que se pode produzir contradiscursos, isto é, pode-se usar o próprio idioma para resistir a esse fenômeno.

Nesse cenário, é preciso repensar o ensino de língua inglesa, buscando novas maneiras de compreender o ensino desse idioma, para trabalhá-lo de modo a não atender a anseios imperialistas, mas atender às necessidades atuais dos aprendizes, que é aprender inglês para interagir na sociedade globalizada, ter acesso aos discursos produzidos nesta sociedade e se posicionar perante estes, produzindo assim, os seus próprios discursos. Diante disso, surge a pergunta motivadora desta pesquisa: Como se pode ensinar inglês nesta conjuntura? Como ensinar uma língua imperialista sem corroborar com seus discursos colonialistas? Para conseguir tal feito, faz-se necessária a implementação de uma abordagem de ensino que seja sensível às vozes dos alunos, para que estes possam produzir seus próprios discursos e reagirem contra tentativas de colonização. Nesse contexto, chegou-se à formulação da seguinte hipótese: A Pedagogia Crítica aliada à Abordagem Intercultural seria o caminho para se realizar um trabalho voltado para a descolonização do conhecimento. Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo levantar informações sobre a Pedagogia Crítica combinada com a Abordagem Intercultural, no ensino de língua inglesa, como uma forma de resistência ao imperialismo linguístico e cultural e possibilidade de emancipação do aprendiz.

O fato do ensino de língua inglesa poder ser usado como agente de dominação linguística e cultural tem ganhado destaque na área de ensino e aprendizagem deste idioma. Como foi discutido acima, muitos autores alertam para os efeitos negativos que podem ser resultantes de tal situação, como a criação de uma sociedade alienada e baseada na imitação servil de outras culturas e, assim, levando a própria cultura do aprendiz a silenciamento. Esse problema também é apresentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), tal documento ressalta que questões de poder e de desigualdade são centrais no ensino de língua, além de relatar sobre a dominação do inglês, alertando o professor sobre a não neutralidade do idioma. Ao mesmo tempo, os PCN (1998) sugerem um trabalho que envolva questões culturais da língua-alvo, porém não deixa claro como esse trabalho pode ser feito quando se trata de uma cultura dominante, sem legitimar os seus ideais imperialistas. Nesse sentido, é necessário que sejam desenvolvidos estudos que possam suprir essa lacuna.

Ademais, embora o ensino de língua inglesa, no Brasil, seja marcado por ideologias e discursos imperialistas e a Pedagogia Crítica seja um forte movimento na área de ensino de

língua portuguesa, de modo geral, o ensino de inglês ainda não foi tocado por tal abordagem. Dessa forma, por ainda estarem à margem do movimento, os professores de língua inglesa são rotulados de alienados, acríticos, apolíticos, suspeitos de terem vendido a alma para o diabo (COX; ASSIS-PETERSON, 2011). Nesse cenário, pesquisas como esta, que objetivam estudar abordagens de intervenção no ensino, nesse caso, a Pedagogia Crítica no ensino de língua inglesa, são bastante pertinentes, uma vez que esta pode se constituir como um guia para docentes que pretendem desenvolver um trabalho crítico na sala de aula, visando emancipar o seu aluno através do ensino desta língua.

METODOLOGIA

Este trabalho surgiu da inquietação da autora ao perceber uma extrema exaltação da língua inglesa e da cultura norte-americana entre seus alunos, e desvalorização da língua portuguesa e cultura brasileira. Dessa forma, surgiu na pesquisadora o desejo de buscar formas de resistir à dominação linguística e cultural da língua inglesa e cultura norte-americana.

Assim sendo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, uma vez que a teoria era o elemento que faltava para compreender os motivos que levam ao problema identificado pela pesquisa e uma possível forma de reverter tal quadro. Nesse contexto, o aporte teórico possibilitou conhecer o assunto de forma mais profunda e ter um olhar mais crítico sobre a problemática. Diante disso, o foco do trabalho será, naturalmente, o levantamento de informações que buscam informar e conscientizar os professores da área sobre o problema, para que estes possam refletir sobre se sua prática docente também tem sido um agente de dominação linguística e cultural.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Ressaltando a hegemonia da língua inglesa no cenário atual, Pennycook (1994, p. 78, tradução nossa) afirma que “Inglês é o mundo e o mundo é Inglês”². Crystal (2012) chama atenção para o fato de que o que leva uma língua a ascender é o poder do povo que a fala. Segundo o autor, a disseminação da língua inglesa se deve à combinação do poder político, militar, tecnológico e científico (esses dois últimos se evidenciaram na ocasião da Revolução

² “English is the world and the world is English”.

Industrial) do império britânico; poder econômico, no que se refere ao valor da libra e, posteriormente, do dólar; e poder cultural, especialmente, dos Estados Unidos (Tv, filme, música pop, internet, etc.), destacando assim a relação entre língua e poder. Nesse sentido, pode-se concluir que uma língua pode ser usada para propagação de uma ideologia dominante.

Nesse contexto, Phillipson (1992) frisa que a língua inglesa é um veículo de dominação linguística e cultural. O autor usa o termo “imperialismo linguístico” para mostrar como uma língua pode ser usada como meio de dominação de uma cultura sob outras, o que, conforme o autor, legitimou a língua inglesa como global. Ainda, conforme o estudioso, o imperialismo linguístico é parte constituinte do imperialismo cultural apontado por Galtung (1980, *apud* Phillipson, 1992), o qual reconhece outros cinco tipos de imperialismo, a saber: político, econômico, militar, comunicativo e social.

Para explicar como o Imperialismo Linguístico funciona, Galtung (1980, *apud* Phillipson, 1992) divide o mundo em duas áreas: O Centro (composto pelos países poderosos do Ocidente) e a Periferia (composta pelos países em desenvolvimento). Nessa conjuntura, a língua é o meio pelo qual a elite do Centro controla a Periferia estabelecendo-se o elo entre o dominador e o dominado, sendo dessa forma como o Imperialismo Linguístico opera, tal como Nebrija (1946, *apud* Phillipson, 1992) destaca: “A língua sempre foi amiga do império e sempre permanecerá como seu cônjuge.”

Phillipson (1992, p.47; tradução nossa) define o Imperialismo Linguístico da língua inglesa como “a dominação do inglês afirmada e mantida pelo estabelecimento e contínua reconstrução de desigualdades estruturais (propriedades materiais como instituições e alocações financeiras) e culturais (propriedades ideológicas) entre o inglês e outras línguas”³, sendo que este aparece como uma subcategoria de “Linguicismo”. Tal conceito consiste em “... ideologias, estruturas e práticas usadas para legitimar, efetivar e reproduzir uma divisão de poder e recursos entre grupos que são definidos a partir da língua”⁴ (PHILLIPSON, 1992, p.47). Ainda, conforme o autor, o Linguicismo leva a uma veneração da língua dominante e à inferiorização do idioma dominado.

³ “... the dominance asserted and maintained by the establishment and continuous reconstitution of structural and cultural inequalities between English and other languages”.

⁴ “... ideologies, structures, and practices used to legitimate, effectuate, and reproduce an unequal division of power and resources between groups defined on the basis of language.

Phillipson (1992) ainda afirma que o Imperialismo Linguístico se legitima através de dois mecanismos: a anglocentricidade, que diz respeito a questões de língua e cultura e estabelece a língua inglesa como padrão para as demais, e o profissionalismo, que se refere à pedagogia de ensino de língua inglesa, isto é, métodos e técnicas usados no ensino, que, normalmente, dão ênfase a questões puramente linguísticas. Assim, tais mecanismos resultam em crenças que contribuem para a desigualdade estrutural e cultural entre o inglês e outros idiomas, o que leva à desassociação entre cultura e estrutura e restringe a pedagogia do ensino de língua inglesa a assuntos técnicos, como a língua em detrimento de conteúdos de caráter político, social, econômico e cultural.

Considerando as discussões acima, Phillipson (1992) aponta que há uma lacuna na pedagogia de ensino do inglês e é exatamente nesta lacuna que o Imperialismo Linguístico se instaura. Nesse sentido, muitos autores têm chamado atenção para a necessidade de fazer um trabalho voltado para a criticidade e emancipação do aluno. Cox e Assis-Peterson (2001) afirmam que é preciso usar a arma dos dominadores para vencê-los, isto é, usar a própria língua para vencer o imperialismo resultante dela. Pennycook (1998) aponta a implementação da Pedagogia Crítica no ensino de inglês como uma solução para tal problema. O autor descreve a abordagem como

... educação fundamentada no desejo de mudança social (...) Nesta concepção, a escola não é vista, apenas, como espaço neutro onde o conteúdo curricular é transmitido para os alunos, mas sim como arenas culturais e políticas onde diferentes formas culturais, ideológicas e sociais estão em constante luta” (PENNYCOOK, 1998, p. 297).

A Pedagogia Crítica consiste em uma filosofia educacional que considera a escolarização um processo sócio-político, em que não há neutralidade. Freire (1996), um dos teóricos fundadores de tal pedagogia, defende a educação como um ato político, especialmente na seara do ensino de línguas, uma vez que, na concepção do autor, a linguagem sempre representa poder, tem força política e, o fato de ser a imposição da língua, o primeiro ato de um colonizador quando chega a um país ilustra bem esse poder.

Nessa perspectiva, Pennycook (1998, p. 31) enfatiza a não neutralidade da educação e ressalta que ensinar criticamente é reconhecer a natureza política da educação, uma vez que a língua está imersa em lutas sociais, econômicas e políticas, o que não pode ser excluído do ensino. Dado o caráter intrinsecamente político da educação, Freire (1996) afirma que, mesmo sem ter consciência, ao se colocar diante dos alunos, o professor está desempenhando um papel político, então não pode se eximir de sua responsabilidade, podendo, assim, oprimir ou

libertar o aprendiz através de sua prática pedagógica. Cox e Assis-Peterson (2001) também chamam a atenção para a responsabilidade do professor nesse cenário, enfatizando que este não pode deixar de avaliar criticamente as implicações de sua prática, refletir se está se está corroborando para a dominação de uns sobre os outros.

Assim, o principal papel do professor é tornar-se um agente político engajado com a Pedagogia Crítica e capaz de proporcionar a seu aluno condições de tornar-se autônomo para conseguir interpretar as ideologias políticas e culturais subjacentes aos discursos que surgem diariamente no cotidiano político e social da humanidade em tempos de globalização e, sobretudo, apropriar-se da língua inglesa para produzir contradiscursos aos discursos que são impostos pelo Ocidente.

Na aplicação da Pedagogia Crítica, faz-se essencial estabelecer um diálogo intercultural, isto é, criar uma ponte entre a cultura de língua e a materna e as culturas-alvo, mostrando que há diferenças entre elas, mas o que não torna uma superior ou inferior à outra, o que também é uma recomendação dos PCN (1998), uma vez que sempre se trabalhará com mais de uma cultura. Segundo Walsh (2007), o conceito de Interculturalismo surgiu ainda no século XX, mas só se popularizou nos anos 90 devido aos avanços da globalização. De acordo com a autora, tal abordagem sugere a coexistência democrática de diferentes culturas, prevalecendo o respeito pela diversidade e mútuo enriquecimento. Aliada à perspectiva crítica, a Interculturalidade visa problematizar, desmistificar e desconstruir questões de poder estrutural-colonial-racial.

Dessa forma, a Pedagogia Crítica aliada ao Interculturalismo surge para romper com o etnocentrismo e os discursos colonialistas e emancipar o aluno. Essa abordagem orienta-se por princípios que valorizam práticas educacionais sensíveis às necessidades dos aprendizes, isto é, a voz do aluno passa a ser o ponto de partida. Contudo, de acordo com Cox e Assis-Peterson (2001, p.7), “a voz que o professor tentaria cultivar no aluno não seria aquela colada à voz britânica nativa ou à voz americana (...) mas, sim, aquela que lhe permitiria escrever contra qualquer forma de dominação...”. A voz a que as autoras se referem seria aquela capaz de produzir discursos contra imposições imperialistas.

Nesse contexto, a Pedagogia Crítica se coloca, no campo de ensino de língua inglesa, como uma proposta de ressignificação do ensino, como um meio de conscientizar tanto alunos como professores acerca da ideologia que há por trás da expansão maciça desse idioma, desvelar os padrões vigentes, questionar sua neutralidade e caráter benéfico e se opor às desigualdades entre línguas e culturas.

CONCLUSÕES

Diante das discussões levantadas ao longo do texto e considerando que através de sua prática pedagógica, o professor pode tanto oprimir como libertar os aprendizes, torna-se essencial que este tenha conhecimento sobre as ideologias que operam atrás da maciça difusão da língua inglesa e suas consequências para as sociedades, como total alienação, que leva à imitação de culturas consideradas inferiores, e a desvalorização e silenciamento daquelas consideradas inferiores. Não ter consciência desse quadro pode levar o professor a ser um agente do imperialismo, afirmando a língua inglesa e cultural anglo-americana como superiores.

Perante este cenário, faz-se necessário para o professor, além de tomar consciência sobre tais ideologias dominantes, também procurar meios de como resistir a estas. Nesse contexto, é de suma importância que o docente busque conhecer abordagens de ensino, que visam emancipar o aluno e capacitá-lo a se posicionar a respeito de discursos hegemônicos e produzir seus próprios discursos, a exemplo da Pedagogia Crítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio. Conhecimentos de Inglês. **Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério de Educação.** p.147-155, 1998.

COX, Maria Inês P; ASSIS-PETERSON, Ana Antonia. O professor de inglês: entre a alienação e a emancipação. **Linguagem & Ensino**, vol.4, no.1,2001, p.11-36.

CRYSTAL, DAVID. **English as a global language.** USA: Cambridge University Press, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARMER, Jeremy. **The Practice of English Teaching.** England: partnerlongman, 2007

KOCHË, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org), **Oficina de Linguística Aplicada**. Campinas, SP: Mercado das Letras, p.37-62, 1996.

PHILLIPSON, Robert. **Linguistic imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

PENNYCOOK, Alastair. **The Cultural Politics of English as an International Language**. London: Longman, 1994.

PENNYCOOK, Alastair. A Linguística Aplicada dos anos 90: Em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, Inês. & CAVALCANTI, Marilda. (Orgs). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado das Letras, 1998. P. 23-49.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: Por uma política prudente e propositiva. In: LACOSTE, Y. (org.); RAJAGOPALAN, K. **A Geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 135-159.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, colonialidad y educación. In: **Revista Educación y Pedagogía**, vol. XIX, n. 48, 2007.